

# DIREITO À LITERATURA E INFÂNCIAS: MEMÓRIAS, HISTÓRIAS E POSSIBILIDADES

Danielle Tudes Pereira Silva<sup>1</sup>.

<sup>1</sup>Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ. <https://lattes.cnpq.br/4935982081177893>

**DOI: 10.47094/1CONLAPE.2026/RE/16**

**PALAVRAS-CHAVE:** Democratização da leitura. Formação de leitores. Direitos humanos.

**ÁREA TEMÁTICA:** Práticas pedagógicas na educação básica

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui um exercício reflexivo, que articula as experiências docentes da autora, em turmas dos anos iniciais do ensino fundamental, e contribuições teóricas advindas da pesquisa bibliográfica desenvolvida ao longo de sua trajetória na formação de leitores. Concebe, portanto, uma escrita situada, que emerge do entrelaçamento entre prática pedagógica, investigação acadêmica e reflexão crítica sobre o fazer docente.

A partir do lugar de professora-pesquisadora, a autora ancora suas análises na compreensão da docência como práxis, ou seja, um movimento contínuo de ação, reflexão e reelaboração das práticas educativas. Nesse horizonte, a literatura é concebida não apenas como recurso pedagógico ou instrumento de ensino da língua, mas como dimensão constitutiva da experiência humana, como direito cultural inalienável e como direito das infâncias.

Assumir a literatura como direito implica reconhecer a escola como espaço privilegiado de democratização do acesso às múltiplas formas de leitura, às narrativas diversas e às possibilidades de construção de sentidos sobre si, sobre o outro e sobre o mundo. Tal perspectiva desloca o ensino da leitura de uma lógica meramente técnica ou instrumental para uma compreensão ética, estética e política da formação leitora. Nessa mesma perspectiva, Candido (2023), compreende que uma sociedade justa se estrutura no pleno reconhecimento e na garantia dos direitos humanos, entre os quais se insere, como dimensão essencial, o direito à fruição da arte e da literatura em suas diversas manifestações e em todos os níveis de acesso.

A partir desse posicionamento, o texto problematiza questões centrais relativas à responsabilidade educativa de quem forma leitores, delineando quatro princípios mobilizadores que orientam a prática pedagógica comprometida com a formação de leitores críticos, sensíveis e socialmente implicados. Esses princípios emergem tanto das vivências pedagógicas quanto do diálogo com a produção acadêmica da área, constituindo-se como eixos estruturantes para pensar a literatura na escola como experiência formativa

e emancipadora.

## **OBJETIVO**

O estudo em questão tem como objetivo refletir criticamente sobre a formação de leitores nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando experiências docentes e fundamentos teóricos, a fim de compreender a literatura como direito humano e direito das infâncias. Sua finalidade é problematizar as responsabilidades pedagógicas implicadas na mediação da leitura literária na escola, delineando princípios mobilizadores que orientem práticas educativas comprometidas com a formação de sujeitos leitores críticos, sensíveis e socialmente implicados.

## **METODOLOGIA**

A investigação se insere no campo das pesquisas qualitativas em educação, assumindo caráter reflexivo e parte da compreensão de que o conhecimento educacional é produzido no diálogo entre ação e reflexão, reconhecendo a docência como espaço legítimo de produção de saberes.

Além disso, a perspectiva da professora-pesquisadora assume papel central, pois toma a própria prática pedagógica como campo de problematização e análise. Nesse sentido, o trabalho aproxima-se das abordagens de pesquisa narrativa e de pesquisa-formação, nas quais a experiência vivida constitui fonte de conhecimento e de elaboração teórico-metodológica.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Pensar a formação de leitores implica reconhecer a literatura como experiência humana fundamental. Ao discutir a função social da literatura, Antonio Candido (2023) afirma que o contato com a arte literária constitui um direito humano, pois a literatura atua diretamente na ampliação da sensibilidade, da imaginação, da empatia e da capacidade de compreender a complexidade da experiência humana.

A humanização promovida pela literatura não se restringe ao plano individual, pois constitui também uma questão social e política. Se a fruição literária é um direito, sua garantia depende das condições materiais de acesso. Nesse sentido, políticas públicas voltadas à democratização da cultura e da leitura são fundamentais, pois asseguram a circulação do livro, a manutenção de bibliotecas públicas e escolares, a valorização da mediação de leitura e a formação continuada de professores leitores.

Os dados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2025) revelam elementos fundamentais para compreender os desafios contemporâneos da formação leitora. As edições mais recentes da pesquisa indicam uma diminuição significativa no número de

leitores brasileiros, acompanhada do crescimento do grupo de não leitores. Esse dado sinaliza um problema estrutural que ultrapassa escolhas individuais e aponta para desigualdades históricas de acesso ao livro, à cultura escrita e às práticas sociais de leitura.

Se o acesso à leitura não está garantido socialmente, cabe à instituição escolar constituir-se como espaço privilegiado de encontro entre crianças e literatura. Contudo, esse compromisso exige uma mudança de perspectiva: formar leitores não significa treinar estudantes para responder perguntas, memorizar conteúdos ou reproduzir interpretações legitimadas. A tarefa da escola não é produzir repetidores de informações, mas sujeitos capazes de ler criticamente, imaginar, questionar, interpretar e atribuir sentidos próprios às obras literárias.

Nesse horizonte, emergem quatro princípios mobilizadores que orientam uma prática pedagógica comprometida com a formação de sujeitos leitores críticos, sensíveis e socialmente implicados.

### **Só leitores formam leitores: “pensar certo é fazer certo”**

O primeiro princípio reconhece que a formação leitora das crianças está intrinsecamente ligada à constituição dos professores como leitores. Professores que leem, que compartilham suas experiências leitoras e que atribuem valor simbólico à literatura, criam ambientes culturais nos quais a leitura circula como prática social legítima. Essa compreensão é defendida por Paulo Freire ao declarar que “quem pensa certo está cansado de saber que as palavras a que falta a corporeidade do exemplo pouco ou quase nada valem. Pensar certo é fazer certo.” (FREIRE, 2016, p. 35)

### **O livro como objeto/brinquedo: a aprendizagem da materialidade do livro**

Antes mesmo da leitura convencional, as crianças precisam aprender a relacionar-se com o livro enquanto objeto cultural. O livro possui materialidade — capa, páginas, imagens, texturas, formatos e modos de manuseio — que constitui parte essencial das aprendizagens iniciais. A experiência leitora começa, portanto, no gesto de tocar, escolher, abrir e explorar o livro, em uma interação que antecede a decodificação e envolve dimensões sensoriais, simbólicas e afetivas. Nessa perspectiva, o contato precoce com o livro como objeto físico e cultural contribui significativamente para a constituição do sujeito leitor, pois amplia suas formas de interação com a linguagem escrita e com os sentidos socialmente construídos (COLOMER, 2007).

### **A importância da escolha dos livros**

A constituição de leitores está diretamente relacionada à qualidade e à diversidade das obras oferecidas. A escolha dos livros não é neutra: ela expressa concepções de infância,

cultura, linguagem e sociedade. Selecionar literatura para crianças implica considerar critérios estéticos e éticos, evitando obras meramente moralizantes, simplificadoras ou instrumentalizadas para o ensino de conteúdos escolares. Nessa perspectiva, a literatura destinada ao público infantil deve preservar sua complexidade estética e simbólica, afastando-se de reducionismos pedagógicos que esvaziam sua potência formativa (ZILBERMAN, 2003).

A presença de narrativas plurais, personagens diversos e experiências humanas complexas amplia o horizonte cultural das crianças e contribui para a construção de uma leitura crítica do mundo. Assim, a curadoria literária torna-se ato pedagógico e político, pois define quais vozes circulam e quais imaginários são legitimados no espaço escolar.

### **Atuar politicamente em coletivos organizados em defesa da democratização da leitura**

A formação de leitores não se sustenta apenas na ação individual do professor em sala de aula. Trata-se de uma tarefa coletiva que demanda engajamento político e participação em movimentos, redes e coletivos comprometidos com a defesa da leitura como direito social.

Atuar politicamente significa participar da construção e da defesa de políticas públicas do livro, da leitura e das bibliotecas; lutar por acervos literários de qualidade; defender tempos e espaços institucionais destinados à leitura e fortalecer comunidades leitoras dentro e fora da escola. A prática pedagógica amplia-se, assim, para além da sala de aula, assumindo dimensão social e democrática.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Refletir sobre a formação leitora nos anos iniciais do ensino fundamental implica reconhecer que o trabalho com a literatura ultrapassa os limites de uma metodologia de ensino ou de uma estratégia didática. Trata-se, sobretudo, de assumir um compromisso ético, estético, cultural e político com a formação humana. Ao longo deste trabalho, buscou-se evidenciar que a literatura, compreendida como direito humano, constitui dimensão indispensável da experiência educativa e elemento central na construção de sujeitos sensíveis, críticos e socialmente implicados.

Assim, este trabalho reafirma que a formação de leitores é, simultaneamente, prática pedagógica e ação política. Ao garantir às crianças o direito à literatura, a escola contribui para a construção de uma sociedade mais justa, na qual o acesso à arte, à imaginação e à palavra literária deixa de ser privilégio e se consolida como experiência compartilhada. Nesse horizonte, formar leitores é também formar sujeitos capazes de sonhar, interpretar, questionar e reinventar o mundo.

## PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. São Paulo: Todavia, 2023.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros: a leitura literária na escola**. São Paulo: Global, 2007.

FAILLA, Zoara (Org.). **Retratos da leitura no Brasil 6**. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2025.  
Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 2003.